

Ata da 564ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG) realizada no dia 13 de setembro de 2021 na plataforma virtual.

O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário entidade Central Única dos Trabalhadores- CUT-MG, A pauta e lida para ciência de todas e todos: 9h às 9h20: Informes de conselheiras, conselheiros e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais; 9h20 às 09h30: Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de agosto de 2021; 09h30 às 12h: Cenário Epidemiológico e de Vacinação contra a covid-19; vacinação e 3ª dose; situação e implicações da variante Delta no estado de Minas Gerais; 10h30 às 10h45: Intervalo; 12h às 14h: Almoço; 14 h às 14:10 Informes do Seminário; 14h10 às 15h20: Apresentação das propostas aprovadas na 1ª CESMU 2017/ propostas aprovadas e deliberadas na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, que teve como tema: “o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na Saúde das mulheres”. 15h20 às 15h35: Intervalo: 15h35 às 17h45: Papel e atuação do Conselho Estadual de Saúde na Reforma Psiquiátrica em Minas Gerais (convite à participação do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Jackson Machado Pinto e do Coordenador de Saúde Mental de Belo Horizonte, Fernando Siqueira Ribeiro); 17h45 às 18h: Encaminhamentos. O Vice-presidente Ederson Alves da Silva, destaca a importância do Controle social construído pelo movimento sanitário da década de 70 que desenvolveu a articulação social, política e partidária. A Constituição Federal de 1988 que fortaleceu a saúde como direito do cidadão e dever do Estado assim como a garantia das ações e serviços de saúde em um Sistema Único de Saúde, promovido pela luta pelo controle social, e sua trajetória. Informa que colocará à disposição a sua dissertação de mestrado Manual dos Conselhos de Saúde, organização, estrutura e funcionamento dos conselho municipais de saúde de Minas Gerais. Destaca a importância do Sistema do Cadastro dos Conselhos de Saúde do Estado de Minas Gerais (CADCESMG) desenvolvido pela Assessoria de Gestão em Tecnologia da Informação em parceria entre o Conselho Estadual de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) em 2013, acesso que fortalece o Conselho de instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais se apresenta. Nos informes de conselheiras, conselheiros e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Glayson da Silva Barbosa, segmento trabalhador, entidade- Conselho Regional de Odontologia CROMG, destacou a importância da reunião realizada com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Câmara Técnica de Saúde Coletiva do Conselho Regional de Odontologia e professores da Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia e Montes Claros, onde foi proposto pela Secretaria Estadual de Saúde uma revisão da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.676, de 10 de dezembro de 2013, que institui a Rede de Atenção à Saúde Bucal no SUS-MG e dá outras providências, que

trata da rede de saúde bucal, construção da política estadual, criação e normatização de processos de trabalho de odontologia na atenção primária. Informou que foi enviado uma minuta para cada uma das entidades participantes, para apreciação do Instrumento Orientador para a Reorganização dos Serviços Públicos de Saúde Bucal/APS em tempos trans. COVID-19 elaborado pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais. Elaborado com participação da Câmara Técnica de Saúde Coletiva - CRO-MG destaca o prazo para contribuições até 19 de setembro e o convite para o 2º Encontro Mineiro dos Administradores e Profissionais dos Serviços Odontológicos – CRO-MG. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade Conselho Regional de Farmácia – CRF-MG, relatou a sua participação nas oficinas de implantação da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas Abertura da Oficina (Macros Centro-Sul e Oeste): Apresentação teórica sobre a política destacou a dificuldade de participação dos Conselhos de saúde. Destacou que é fundamental a participação nas diversas macros regiões de saúde, tendo em vista que já foram alocados cerca de doze milhões de reais na Macro Centro Sul e serão pagos às instituições hospitalares pela prestação de serviço. Informa ainda que o controle social terá que fazer uma atuação mais incisiva. Solicitou a planilha que consta os procedimentos a serem realizados, as instituições beneficiadas, o número de procedimentos que serão oferecidos e seus devidos valores e acesso a planilha original valor anual e a destinação por município. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Adão Cândido da Silva, segmento usuário, entidade FADEMG, informou que na cidade de Itajubá está sendo realizados atendimentos no Centro oncológico, e solicitou o apoio do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, a divulgação do evento a se realizar no dia 9 de setembro: Conferência da pessoa com deficiência. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rosália Aparecida Martins Diniz, segmento gestor, entidade Secretaria de Estado da Educação – SEEMG, divulgou o Projeto "Adolescências: impasses e construções". O Projeto faz parte de uma iniciativa do Programa Saúde na Escola/MG. E tem a contribuição efetiva do Telessaúde do Hospital das Clínicas. O objetivo da iniciativa é qualificar os profissionais da saúde e da educação para uma abordagem mais ampliada em relação à saúde integral dos adolescentes no âmbito escolar. Ao todo, serão realizados sete encontros virtuais, por meio da plataforma do Tele saúde do Hospital das Clínicas, no "Youtube". Os "webinários" acontecerão ao longo do segundo semestre e contarão com mesas de debate, abordando temáticas sobre a saúde integral dos adolescentes. Nos encontros serão abordados temas como: "Saúde do adolescente: Impasses, lacunas e construções"; "Adolescência: corpo e marcas"; "Puberdade", "Depressão", entre outros. Serão fornecidos certificados para os participantes dos "webinários". A partir do projeto "Adolescências: impasses e construções", também são ofertados aos educadores vídeos para auxiliar os profissionais no desenvolvimento do trabalho. A iniciativa faz parte do Programa Saúde na Escola, que é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. O Programa tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção

à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino”. Convidou a participação e divulgação do programa saúde na escola, evento de acesso gratuito. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade MORHAN informa que participou do comitê construtivo na cidade de Uberlândia a convite do Dr. Nilton, representante da Universidade Federal de Uberlândia, e que as reuniões acontecem a cada três meses. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informa que o CES-MG deliberou contrário à proposta de criação do Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais e solicitou a suspensão imediata do Projeto de Lei nº 2.509/2021 do Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Assim como a proposta de junção entre a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) e o Hospital Eduardo de Menezes (HEM), Fundação Ezequiel Dias – FUNED, e Centro de referência em investigação de óbito em Saúde. As conselheiras e os conselheiros estaduais de saúde presentes aprovaram a ata da reunião ordinária de agosto de 2021, com apenas uma abstenção, da Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade, entidade FADEMG, que alegou dificuldades de acesso à leitura. O Vice – presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informa foi disponibilizado pela deputada estadual de Minas Gerais, Beatriz Cerqueira (PT), recurso de emenda parlamentar cerca de R\$200.000,00 mil reais, destinado à compra de equipamentos para o CES-MG, porém não foi possível receber porque o CES não estava no portfólio da SES. A Mesa Diretora do CES-MG solicitou a SES-MG a utilização do recurso orçamentário destinado ao Controle social, e apresentou suas demandas por ofício e a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais se comprometeu a providenciar suas demandas necessárias ao acesso as conselheiras e os conselheiros as ferramentas para o exercício do controle social. Em seguida foi proferida a apresentação do Cenário Epidemiológico e de Vacinação contra a Covid-19, vacinação e 3^a dose, situação e implicações da variante delta no Estado de Minas Gerais pela Servidora da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Josiane Gusmão servidora da Coordenação de Imunização da SES-MG. Destacou a campanha de vacinação contra a Covid 19, expôs os critérios de distribuição da vacina, grupos de risco e grupos de prioridade. A Servidora Jaqueline Silva de Oliveira, Biomédica, PHD em Microbiologia apresentou a Vigilância Genômica do SARS-CoV- 2 apresentou a pesquisa da variante Delta, destacou que até o presente momento foram notificados 261 casos da variante Delta, apenas 6 casos evoluíram para óbito, com maior detecção nas regionais de Juiz de fora 82% e Manhuaçu 80%. Destacou que 12 mutações caracterizam a variante Delta. Destacou a transmissibilidade estimada em 12% quando comparada a variante alfa, a virulência, a carga viral e o diagnóstico. A servidora Maria Laura, da Sala de Situação da SES-MG, apresentou o Cenário Epidemiológico da Covid -19 no Estado na atualidade, e a taxa de incidência por macrorregião de saúde, o cenário assistencial, a variação da ocupação de UTI covid-19, por Macrorregião e destacou a macro norte e leste do sul. O Conselheiro Estadual de Saúde de

Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG, destacou a vulnerabilidade de exposição da população nos feriados principalmente nos meses de setembro e outubro. Solicitou as técnicas exposição das expectativas do impacto a nível epidemiológico. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rubens Silvério da Silva, segmento usuário, entidade FAMEMG, destacou a redução da pandemia, mas também o papel da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais em executar testes para detecção de variantes Delta, e avaliação do número de óbitos para uma melhor compreensão e combate. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, elogia o esforço dos profissionais envolvidos nos trabalhos contra a pandemia, questiona se todos os trabalhos estão sendo registrados. Pergunta se em situação de uma nova pandemia as experiências já vividas serviram de referência para combates futuros? Questiona falta de pronunciamento do Ministério da Saúde a respeito da vacinação de pessoas acima de 60 anos. A secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP-MG questiona a variante Delta, e a eficácia da terceira dose da vacina, principalmente para idosos. Pergunta se há alguma garantia de imunização. Pergunta se existe, dentro das modalidades de vacinas ministradas, alguma vacina que seja mais eficaz contra a variante Delta? E se existe algum estudo com a avaliação da eficácia da vacina tendo em vista que o cenário é de alto grau de transmissibilidade. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, segmento trabalhador entidade SINMED, solicita informações sobre a vacinação dos profissionais de Saúde, uma vez que estão expostos a uma grande carga viral com a extrema necessidade de tomar a terceira dose da vacina. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, expõe sua preocupação no acompanhamento dos pacientes que já tomaram a terceira dose da vacina. Pergunta se somente pessoas da terceira idade devem tomar a terceira dose da vacina e pede esclarecimento das diferenças dos prazos de imunização entre uma dose e outra conforme vacinas proferidas. Informou que o Município de Santa Luzia sinalizou a falta de vacinas. O Vice- presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, Ederson Alves da Silva, mencionou que é extremamente importante a documentação de todo o processo e as ações realizadas no período de pandemia. Informou que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, toma todo cuidado para o registro dessas ações. Informa que a atuação do Controle Social já é reconhecida a nível nacional. Destaca sua preocupação quanto à transmissibilidade da variante Delta e as decisões políticas que possibilitaram a abertura de atividades como futebol, mobilizações sociais, aglomeração em bares e atividades provenientes de feriados prolongados. Menciona que esta “abertura está acontecendo em virtude de uma pressão econômica. Pergunta se o Governo tem algum plano de ação em relação ao enfrentamento a transmissibilidade da variante Delta? Pede o posicionamento da SES-MG em relação a flexibilidade? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário entidade MORHAN, informa que percebeu que o vírus continua circulando e a maioria das pessoas que foram acometidas são as mesmas que não foram

vacinadas. Diante de uma variação tão perigosa como a Delta, mesmo com o avanço da vacinação, pergunta: Qual será a providência do Estado de Minas Gerais sobre o comportamento das pessoas que não querem ser vacinadas? Informou que estamos expostos em virtude da irresponsabilidade dessas pessoas. Ressaltou a importância do cuidado com as pessoas acometidas. Destaca a falta de cirurgias eletivas. Sugere que deve ser encontrada uma maneira de impedir a circulação de pessoas que não querem ser vacinadas e iniciativas para frear essa contaminação. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária, entidade FADMG, questionou a falta de programação do Estado de Minas Gerais para vacinação de adolescentes ou pessoas abaixo de 18 anos. A servidora da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Jaqueline Oliveira informou que a testagem máxima é realizada em situações de óbito e casos graves de Covid-19. Informou que para haver o monitoramento da variante Delta. Existe um protocolo da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, que é orientado o uso do monitoramento genético. A orientação e divulgação da aplicação de teste: antígeno quanto RT-PCR para que haja o monitoramento genético desses pacientes. Com relação à vacina, as principais vacinas disponibilizadas pelo Estado de Minas Gerais, mostraram o combate a variante Delta. Informa que a Secretaria Estadual de Saúde realiza o monitoramento em tempo real sobre ocupação de leitos, taxa de óbitos e são feitas notas técnicas e protocolos para estes monitoramentos. Já foi solicitado doses adicionais da vacina. A servidora da SES-MG, Maria Laura da Sala de situação informa que o monitoramento epidemiológico é feito diariamente. Hoje o grau de risco em uma situação esperada das macrorregiões de saúde e medido e monitorado. A servidora Josiane Gusmão informa que a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.508, de 03 de setembro de 2021- descreve as comorbidades incluídas como prioritárias para vacinação contra a Covid-19. As recomendações aos municípios com disponibilidade de vacina e dar sequência a prioridade de vacinar adolescentes comorbidades, entre 12 a 17 anos com deficiência permanente, e os casos citados na deliberação: gestantes após o parto até 456 dias, privados de liberdade e adolescente em comunidade. Em alguns municípios já foram concluídas as vacinações, portanto já podendo vacinar adolescentes sem comorbidades. Alguns municípios não concluíram a vacinação. O Ministério da Saúde não enviou doses de vacina para atendimento desse grupo, mas o Município que tiver disponibilidade de doses pode iniciar a vacinação aos adolescentes que não estão no grupo da deliberação. A dose de reforço é recomendada para apenas pessoas acima de 70 anos ou mais. O conselheiro Estadual de saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário, entidade FAPMG, pergunta: se os Municípios de Manhuaçu e Juiz de Fora foram informados da situação da disseminação da variante Delta. A servidora Jaqueline esclarece que houve comunicado para as Regionais com vista a informar os Municípios. A primeira Diretora de Comunicação e informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil, relata que foi realizado um bom trabalho de reestruturação da comunicação no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, e a Câmara Técnica de Comunicação e Informação do SUS é muito atuante nos projetos de Comunicação do SUS. A formação e a democratização

do acesso à comunicação são fundamentais nos tempos que estamos vivendo. É preciso entender o avanço da vacinação, e o quanto temos ainda que avançar. A primeira Diretora de Comunicação e informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil informa que a Conferência Estadual de Saúde de Mulheres, foi realizada em 2017, já se passaram anos e o Conselho Nacional de Saúde está cobrando a apresentação do comprimento das leis aprovadas na Conferência Nacional. É necessário que a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais neste momento preparatório para a realização do Seminário de Mulheres, possa ser avaliado o avanço e a tendência de comprimento da gestão em relação às deliberações que foram aprovadas. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais Rubens Silvério da Silva, entidade FAMEMG, segmento usuário, informa que a Câmara Técnica realizará um Seminário de Comunicação com a finalidade de despertar o interesse sobre a importância que a Comunicação, no dia 04 de outubro 2021. O Controle Social necessita de comunicação é necessário valorizar a comunicação. Fernanda Coelho acrescentou que O Seminário é sobre Comunicação e Controle Social, falou sobre os desafios comunicacionais dos Conselhos de Saúde e a comunicação como uma ferramenta de fortalecimento do SUS e participação popular, que a comunicação é fundamental para avançar e alcançar mais pessoas para o combater a “fake news” que é um grande mal deste tempo. Na parte da tarde a reunião se inicia com a Apresentação das Propostas Aprovadas na 1ª- CESMU 2017 e propostas aprovadas e Deliberadas na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres. A servidora Ane Karine apresentou o cronograma de ações da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. A secretária geral Lourdes Aparecida Machado informa que foi solicitado à Secretaria Estadual de Saúde as propostas aprovadas na 1ª Conferência de Saúde das Mulheres e a sua implementação na política. Quais foram implementadas? E quais não foram? O Vice – presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informa que há uma cobrança do Conselho Nacional de Saúde das devolutivas das Conferências de Saúde e sugeriu a formação de uma comissão entre o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais para elaboração de uma apresentação a este respeito. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, entidade CRESS-MG, seguimento trabalhadora, questionou a falta de apresentação das ações associadas à saúde da mulher deliberada na CESMU 2017 e a falta de levantamento o que já foi implementado, principalmente em relação ao atendimento, a qualidade do pré-natal, o crescimento dos casos de sífilis congênita e várias outras questões. Informa que o crescimento da violência contra as mulheres, o quantitativo de mortes aumentou provocadas pelas situações causadas pelo confinamento e os impactos da emenda Constitucional 95 que congela os gastos com a saúde. Propôs uma reunião no dia 30 de setembro para definição da comissão. O Vice- presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, Ederson Alves da Silva, informa que a discussão Propostas Aprovadas na 1ª- CESMU 2017 e Propostas Aprovadas e Deliberadas na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, será ampliada e propõe que seja marcada uma nova reunião com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais para apresentação das devolutivas

requeridas. A segunda Diretora de Comunicação e Informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, entidade Coletivo Bil, segmento usuária, informou que o requerimento feito a Secretaria Estadual de Saúde especificou claramente a necessidade de prestação de contas, já se passaram mais de 3 anos e existem questões que devem ser apresentadas: necessidade de atendimento as mulheres com deficiência ,cirurgias modificações corporais das mulheres Trans. e Travestis, vulnerabilidade financeira, piora de saúde mental em situações de agravamento para mulheres trans. negras ou bissexuais. É importante mobilizar a cobrança para que seja implementado o cuidado com a saúde de todas as mulheres e que sejam respeitadas as suas necessidades e os seus direitos sejam garantidos. A servidora da SES-MG, Regina Aguiar diz informa que as ações vinculadas à assistência da mulher, dos rastreamentos de pré-natal e outros cuidados, questões de acesso, vêm sendo incorporadas, na política de saúde da mulher. Existem vários pontos e detalhamento de cuidados para explicitar de como essas vulnerabilidades impactam a saúde da mulher. O conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário, entidade FAPMG, relata que a fragilidade da situação do materno-infantil, relatada no Relatório Anual de Gestão 2020, mostra a falta de investimento do Estado na política de atenção hospitalar e saúde da mulher com impacto na assistência saúde. A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, descreveu a dificuldade de aplicação nas políticas aprovadas das conferências estaduais de saúde da mulher, e a falta de assistência a mulher cadeirante. A primeira Diretora de Comunicação e informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil, destaca a dificuldade da reprodução assistida, faz com que algumas mulheres recorreram à inseminação de uma forma leiga, o que coloca a saúde em situação de perigo. Em seguida é proferida a discussão do Papel e atuação do Conselho Estadual de Saúde na Reforma Psiquiátrica Minas Gerais. A Secretária Geral do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhadora, entidade Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, informa que a política de saúde mental encontra a ressonância nos 25 princípios para saúde mental da ONU. As leis nacionais, leis estaduais e diretrizes tem mais de 40 anos. O Estado de Minas Gerais sofreu um retrocesso. A política de saúde mental aprovada em 2016 e amplamente debatida no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais deu origem a Resolução CES-MG Nº 010 de 08 de agosto de 2016, que dispõe sobre a aprovação da Política Estadual de Saúde Mental, álcool e outras drogas de Minas Gerais, recomendou: como uma das responsabilidades da Secretaria Estadual de Saúde: aprovar no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais a Política de Saúde Mental, álcool e outras drogas, incluindo suas Pactuações, comprometer-se a reduzir gradualmente a participação das entidades privadas, de modo a não ativar ou renovar os contratos/convênios existentes; e que os espaços de cuidado e tratamento em Saúde Mental, álcool e outras drogas de Minas Gerais sejam 100% públicos e estatais; abertos e de base territorial; dentro das diretrizes da Política de Redução de Danos; da Reforma Psiquiátrica e Antimanicomial e do Sistema Único de Saúde (SUS). A saúde das mulheres é um tema que não pode ser negligenciado, é preciso

cobrar a implementação das nossas propostas e garantir nossos direitos. A interdição ética aos Centros de Referência a Saúde Mental (CERSAMs), não foi discutida no Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte e no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP-MG, prioriza a construção de políticas de saúde mental e controle social em parceria com os segmentos de: usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviços. A Diretora de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Lírica Saulluz Mattos Pereira, informou que a ampliação da rede da Saúde Mental ter seguindo as diretrizes da política estadual aprovada no âmbito do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais deliberada em 2016. Com vista de atuar na lógica do Cuidado na atenção primária, na articulação com a Superintendências, com vistas a suprir a atenção e ampliação dos serviços nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Existe uma previsão de 150 leitos destinados a saúde mental, a serem abertos no Estado de Minas Gerais. A ideia é ampliar e qualificar equipes de multiprofissionais em parceria com a Escola de educação permanente e saúde pública ESP-MG. A presidenta do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - CRM, Cibele Alves de Carvalho, informa que o CRM-MG foi a público para protestar o fechamento do Hospital Galba Velloso com relação ao retrocesso na qualidade do atendimento à saúde mental da população, e encaminhou uma manifestação ao Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e às Comissões de Saúde da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Belo Horizonte. Alegou que o CRM-MG cumpriu o papel de fiscalização, e recebeu denúncias de médicos na rede de saúde mental a partir do fechamento do Hospital Galba Velloso. Questionou a justificativa apresentada para o fechamento do atendimento psiquiátrico da unidade, e a alegação do revocacionamento do Hospital Psiquiátrico Galba Velloso, devido à necessidade de direcionamento dos atendimentos dos casos suspeitos de COVID-19 para as unidades referenciadas, e norteadas pelo Plano de Capacidade Plena Hospitalar (PCPH) em urgência de pandemia. Informa que participou de uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, ontem, dedicada à regulação dos leitos de psiquiatria e especialidades médicas. Informou que a intenção do CRM é de melhorar o atendimento. O Coordenador de Saúde Mental de Belo Horizonte, Fernando Siqueira Ribeiro, informa que não há democracia para construção de soluções e que deve ser defendido o direito do tratamento. Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais- CREFITO - Dr. Anderson Luís Coelho - leu a Carta enviada ao CRM sobre o posicionamento contra o indicativo de intervenção Ética proposta pelo CRM dos centros de referência em Saúde Mental em Belo Horizonte. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuário entidade- Fórum Mineiro de Saúde Mental, informa que recebeu mensagem de usuários preocupados com os CERSAMs. Destaca que a mudança na estrutura de serviço ao tratamento em liberdade é apenas um passo para a volta aos manicômios, disse que não é necessário profissionais de saúde mas sim pessoas para o acolhimento. São realizadas várias

atividades eficazes no tratamento para pessoas em sofrimento mental. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Carolina Reis Alves, segmento trabalhador entidade Sindicato dos Enfermeiros do Est de Minas Gerais- SEEMG, informa que a reforma psiquiátrica está vinculada a uma luta de consolidação do Sistema Único de Saúde. Essa luta é diária para garantir os direitos constitucionais. É necessário pensar no coletivo, a enfermagem perpassa em todas as instituições, em todas as partes da rede da saúde mental. No que se refere ao município de Montes Claros, a rede é estruturada é possível, perceber as conquistas, e a aplicação do Matriciamento e o atendimento multidisciplinar, e a luta permanente para manter a garantia dos direitos já conquistados. O Secretário Geral do Conselho Municipal de Belo Horizonte, Pedro Pedralva informa que à saúde mental, tem sido bastante debatida. Houve uma plenária com esta temática de saúde mental, com participação de 400 pessoas no Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. É unanimidade, entre vários usuários que vieram a público dar depoimentos, a aceitação do modelo de cuidado multiprofissional aberto e focado nas intervenções psicossociais na reforma psiquiátrica. Que pode ser revolucionária na vida de uma pessoa. Existe um potencial fantástico de recuperação, socialização. Há relatos de profissionais de saúde que através de assembleias realizadas com médicos que já trabalharam ou trabalham em Hospital Psiquiátrico á favor do serviço do CERSAMs. O plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte é a favor da reforma psiquiátrica em Belo Horizonte. Houve uma cobrança à prefeitura de Belo Horizonte para ações impactantes em qualificar a rede como um todo, mas ainda não houve uma resposta. É necessário ampliar os recursos e atividades dos CERSAMS. O assessor Técnico, Waltovânio de Vasconcelos, do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, destaca a importância da luta Antimanicomial e a reforma psiquiátrica, informa que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais é entidade máxima para a reflexão dessa questão. Informa que o paciente com sofrimento mental tem a necessidade de ter acesso a uma equipe multiprofissional. As equipes devem ser revistas para manter a qualidade em atendimento à saúde. A conselheira Estadual de Saúde, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, segmento trabalhador, entidade SINMED, informa que o Sindicato vem denunciando a falta de condição de trabalho para o CERSAMS, que foi enviado um ofício para Prefeitura de Belo Horizonte, sobre dificuldade do trabalho médico no atendimento ao usuário. Informa que houve questionamentos da condição de trabalho, e uma reunião dia 19 de agosto de 2021, onde é proposto revisão de escalas, chamada imediata de profissionais e manutenção de contratos administrativos de forma a ampliar o número de profissionais envolvidos inclusive médicos psiquiatras, incorporação tecnológica, integração com SAMU, UPAS e outros atendimentos de emergência em hospitais Gerais. É necessário uma política de valorização dos profissionais multiprofissionais. O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais defende uma melhor qualidade para o profissional realizar o atendimento aos usuários. O enfermeiro Jarbas que representa a Associação Brasileira de Enfermagem-ABEN, informa que preza pela formação das enfermeiras e enfermeiros e técnicos de enfermagem do Brasil como um todo. É preciso uma emancipação da categoria para que se tenha possibilidades de trabalhar

de forma autônoma. Informa que a rede de saúde mental, de Belo Horizonte, é muito robusta em fornecer, exportar conhecimento para todo o Brasil. Informa que existem dois serviços noturnos em Belo Horizonte que garante 18 leitos de atendimento à urgência e que “nunca ficam cheios”. Ethiara Vieira, assessora Técnica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais-COSEMS, reforçou o compromisso com a RAPS nos municípios, e destacou a importância de que todos os profissionais tenham autonomia para a sua atuação. O COSEMS apoiar o posicionamento e está à disposição para uma contribuição no que for necessário. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador, entidade Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais-CRESS, destacou as lutas das décadas de 70 e 80 pela saúde universal e pública. Informou que os movimentos sociais construíram nesse processo duas reformas, a Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária, que são de extrema importância, para o controle social. Destacou a importância da atuação das equipes de saúde ampliada com multiprofissionais para o exercício da saúde. O Hospital Galba Veloso passou a ser um serviço de pouca relevância, com ociosidade dos leitos média de gasto mensal de quase três milhões de reais, que poderia ter sido usado nas RAPS. O modelo de tratamento em liberdade tem mais de 30 anos, uma inovação construída e que dá certo, apoiada pelos familiares e os pacientes expressam sua confiança e melhora a adesão ao serviço terapêutico. As reformas Psiquiátrica e Sanitária fazem parte de um processo civilizatório que deve ser fortalecidos. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP-MG, informa que a ideia de uma interdição ética coloca em questão a política de saúde de atenção à saúde mental e não somente as condições de trabalho da equipe médica dos serviços substitutivos. O tratamento estabelece as premissas da territorialidade, dignidade da pessoa humana, que visa à inserção da família, geração de trabalho e renda de forma comunitária. Nesse sentido uma interdição teria efeitos negativos para os usuários comprometendo o tratamento. O trabalho é feito em defesa dos trabalhadores multiprofissionais contrário a qualquer corporativismo. A presidenta do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - CRM, Cibele Alves de Carvalho, informa que em nenhum momento o CRM cumpriu a intervenção ética, mas que foi pedido um indicativo a Prefeitura para que se sensibilizasse as demandas, que o relatório de fiscalização tem situações em que não se pode ignorar, que não existe a intenção de transformar os CAPS em CAPS tipo 4, que não é uma questão hospitalar, mas que há necessidade para determinados pacientes a melhor assistência, que o CRM sabe da importância da equipe multidisciplinar. Informa que conforme relatório de outubro de 2020 a equipe Itinerante não tem tempo para visita em todos os CERSAMS no período da noite, que não é justo o técnico de enfermagem ficar sozinho com o paciente em surto, que a falta de qualidade no atendimento ao CERSAM traz risco de vida para os profissionais e para o paciente. A Secretária Geral do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhadora, entidade Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais informa que é necessário melhorar as políticas públicas e exigir do Governo Federal financiamento. Propõe o seguinte encaminhamento. Será feito uma nota técnica entre o Conselho

Estadual de Saúde de Minas Gerais e Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte reafirmando a política de saúde mental com vista ao diálogo com o controle social e interlocução junto ao Judiciário para a situação vivenciada em Belo Horizonte. Participaram da reunião as seguintes Conselheiras e Conselheiros : Adão Cândido da Silva, segmento trabalhador, entidade FADEMG; Adriana Aparecida da Silva Pinheiro, segmento trabalhador entidade COREN- MG; Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária entidade FADEMG; Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG; Aríete do Perpétuo Socorro, Domingues de Araújo, segmento trabalhador, entidade Sindicato dos Médicos de Minas Gerais- SINMED; Carolina Reis Alves, segmento trabalhador, entidade SEEMG; Cordovil Neves de Souza, segmento usuário , entidade MORHAN, Denilson Gonçalves, segmento usuário , entidade MORHAN, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário , entidade MORHAN, Erli Rodrigues, Segmento usuário, entidade MORHAN; Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária , entidade Coletivo BIL; Eva Alípia da Silva, segmento trabalhadora, entidade Sind- Saúde MG; Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador, entidade CRESS, Glayson da Silva Barbosa, segmento trabalhador entidade CRO-MG; Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário, entidade FAPMG; Ione Martins Fortunato, segmento trabalhador, entidade SINTSPREV ; Josinei Vilarino, entidade COSEMS; Júlio César Pereira Souza, segmento usuário , entidade FAMEMG, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuária / entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, Lourdes Aparecida Machado, Segmento trabalhadora, entidade CRP- MG; Maria da Penha de Oliveira, segmento usuária , entidade CNBB REG LESTE II; Maria Odete Pereira, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem de Minas Gerais (ABEN-MG); Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmento prestador , entidade AHFMG; Maryane Rodrigues Ferreira, segmento usuária, entidade ABRALE; Nilce Heloisa Campos de Araújo, segmento usuária, entidade FETAEMG; Pedro Israel da Cunha, segmento usuário, entidade CNBB Leste; Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador, entidade Sind-Saúde MG; Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG; Romulo Luiz Campos, Segmento usuário , entidade FETAEMG; Rosália Aparecida Martins Diniz, segmento gestor ; entidade SEEMG; Rogério Matos de Araújo, segmento usuário, entidade COPASA; Rubens Silvério da Silva, segmento usuário; entidade FAMEMG; Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária / entidade FADEMG. Convidados: Anderson Luís Coelho - Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais- CREFITO; Ane Karine, SES-MG, servidora da Coordenação Materno Infantil - SES MG, Bruno Pedralva, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Cibele Alves de Carvalho, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Ethiara Vieira, assessora Técnica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais- COSEMS, Coordenador de Saúde Mental de Belo Horizonte, Fernando Siqueira Ribeiro, Coordenador de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Jaqueline Oliveira, servidora da Secretaria de Vigilância em Saúde, SES MG, Jarbas Oliveira, Enfermeiro do CERSAMs ad Noroeste- Pampulha e subcoordenador do departamento de Saúde Mental da

Associação Brasileira de Enfermagem-ABEN-MG, Josiane Dias Gusmão, Coordenação de Imunização, SES MG, Lígia Camargos, assessora da Assessoria Estratégica ASPAR -SES MG; Lírica Saulluz Mattos Pereira, Diretora de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Maria Laura, Secretária de Vigilância em Saúde / SES MG, Marta Elizabeth de Souza (psicóloga, militante da luta Antimanicomial/Fórum Mineiro de Saúde Mental, ex- trabalhadora da UBS Dom Bosco em Betim, Waltovânio de Vasconcelos, assessor Técnico do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, Regina Aguiar, Dra Regina-Hospital São Camilo.